



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO**

***JUSTIFICATIVA DE COMPRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO***

Processo Administrativo nº: 09031.200017/2026-10

I - OBJETO

Trata o presente auto de processo que tem por objeto a **aquisição de insumos de copa** destinados ao atendimento das atividades do Embaixador, chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo (ERESP), bem como ao apoio às rotinas administrativas do Escritório.

II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente demanda caracteriza-se como contratação de bens comuns. A aquisição de insumos de copa tem por finalidade atender às necessidades de consumo cotidiano do Escritório, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades administrativas e de apoio.

Os itens destinam-se ao uso geral de servidores, colaboradores e visitantes, contribuindo para a manutenção de um ambiente de trabalho adequado, bem como para o suporte às rotinas institucionais e eventuais reuniões realizadas no âmbito da unidade.

Trata-se de materiais de consumo de baixo valor unitário, porém essenciais para o funcionamento regular das atividades administrativas, garantindo o atendimento às demandas internas de forma contínua e eficiente.

III- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO OS CICLOS DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS:

A solução contempla a aquisição pontual de insumos de copa destinados ao consumo interno e ao atendimento das atividades administrativas do Escritório.

Os produtos adquiridos deverão possuir qualidade compatível com o uso institucional, com embalagens devidamente vedadas, íntegras e próprias para consumo. As marcas deverão ser reconhecidas no mercado, assegurando padrão de qualidade, segurança alimentar e boa apresentação.

Os itens deverão ser entregues dentro do prazo de validade, devendo possuir, no momento da entrega, **no mínimo 75% do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante**, salvo nos casos em que a natureza do produto não permita tal exigência, hipótese que deverá ser previamente justificada e aceita pela Administração.

Itens da contratação:

- **Água Mineral Natural** (Tipo: Com Gás, Material da Embalagem: Plástico, Tipo de Embalagem: Descartável) – Unidade de Fornecimento: Garrafa 500 mililitros – Quantidade: 100.
- **Açúcar** (Tipo: Refinado, Coloração: Branco, Prazo de Validade Mínimo: 24 meses) – Unidade de Fornecimento: Embalagem 1 quilograma – Quantidade: 20.
- **Chá Alimentação** (Tipo: Mate, Apresentação: Saquinho com 1 grama) – Unidade de Fornecimento: Caixa com 15 unidades – Quantidade: 35.
- **Guardanapo de Papel** (Material: Celulose, Largura: 32,5 cm, Comprimento: 32,5 cm, Cor: Branca, Tipo de Folha: Dupla, Características Adicionais: Macio) – Unidade de Fornecimento: Pacote com 50 unidades – Quantidade: 50.
- **Coador de Café** (Material: Flanela, Tamanho: Grande, Aplicação: Para bule, Características Adicionais: Com cabo) – Unidade de Fornecimento: Unidade – Quantidade: 10.
- **Café** (Apresentação: Torrado e moído, Intensidade: Média, Tipo: Gourmet, Empacotamento: A vácuo) – Unidade de Fornecimento: Pacote 500 gramas – Quantidade: 60.
- **Adoçante** (Aspecto Físico: Líquido transparente, Ingrediente: Sucralose, Prazo de Validade: 1 ano, Tipo: Dietético, Características Adicionais: Bico dosador) – Unidade de Fornecimento: Frasco 110 mililitros – Quantidade: 10.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações estabelecidas, sendo admitidos apenas itens novos, de primeira qualidade, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis e com padrão adequado ao uso institucional.

A verificação da conformidade será realizada no ato do recebimento, podendo ser recusados itens que não atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo aqueles com embalagens danificadas, violadas, fora do padrão exigido ou com características divergentes das especificações.

A contratada será responsável pela substituição imediata dos itens recusados, sem ônus para a Administração, devendo assegurar que os produtos entregues permaneçam sob sua responsabilidade quanto ao transporte, conservação e integridade até o efetivo recebimento definitivo pelo Contratante.

IV - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Entretanto, a lei de licitações ressalta algumas hipóteses que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis a licitação nos trâmites usuais. Para tanto, a Lei Federal nº 14.133 de 2021 exige processo de contratação específico, nos termos do art. 72.

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base no inciso II do art. 75 da Lei da Federal nº 14.133, de 2021

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

V- DA ESTIMATIVA DA DESPESA

A pesquisa de preços foi realizada atendendo aos fundamentos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme documento de pesquisa de preço em anexo ao Termo de Referência.

O valor estimado total apresentado na pesquisa de preço foi de R\$3.160,86 (três mil, cento e sessenta reais e oitenta e seis centavos), sendo compatível com os valores praticados pelo mercado.

VI- DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos devem estar compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de licitações e contratos administrativos.

Considerando a disputa registrada na dispensa eletrônica, tem-se a indicação do menor preço, conforme relatório de propostas e disputa.

VII- DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

A aquisição será feita em regime imediato após a contratação, com previsão de entrega única ou conforme cronograma de fornecimento estabelecido no termo de referência.

VIII- DA CONCLUSÃO PELA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação direta justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos, prezando pela eficiência administrativa e pelos princípios que regem a gestão pública. A escolha do fornecedor será realizada com base em critérios técnicos e econômicos, conforme demonstrado pela pesquisa de preços anexa, assegurando transparência e integridade no processo.

São Paulo, 07 de maio de 2026.



Nelson Antonio Tabajara de Oliveira

Chefe

Ministério das Relações Exteriores
Escritório de Representação em São Paulo